



Justiça para todos

O Grupo de Trabalho
sobre a Justiça

Destaques e
recomendações

www.justice.sdg16.plus



Este trabalho está protegido pela licença de Reconhecimento Internacional 4.0 da Creative Commons Attribution (CC BY 4.0) <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Ao abrigo desta licença tem o direito de copiar, distribuir, enviar e adaptar este trabalho, inclusivamente para fins comerciais, desde que se dê crédito de forma adequada e sejam indicadas as alterações.

Cite este trabalho como: *O Grupo de Trabalho sobre a Justiça, Justiça para Todos – Destaques e Recomendações*. (New York: Center on International Cooperation, 2019), disponível em <https://www.justice.sdg16.plus/>

Cite o relatório completo como: *O Grupo de Trabalho sobre a Justiça, Justiça para Todos - Relatório final*. (New York: Center on International Cooperation, 2019), disponível em <https://www.justice.sdg16.plus/>

Photos by: Bart Hoogveld

Para proporcionar justiça para todos até 2030 num mundo onde milhares de milhões de pessoas ainda não conseguem obter justiça, temos de resolver os problemas judiciais das pessoas, prevenir a ocorrência de injustiças e recorrer aos sistemas de justiça, para criar oportunidades para as pessoas, de modo que possam participar plenamente nas suas sociedades e economias.

Construir sociedades justas

Concretizar as ambições da Agenda 2030
para o Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável fundamenta-se na visão de um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo, no qual os mais vulneráveis podem satisfazer as suas necessidades.

O ODS 16.3 promete garantir o acesso equitativo à justiça para todos até 2030. Outros objetivos relacionados com a justiça abordam a personalidade jurídica, as injustiças, como a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos, a promoção dos direitos humanos e a igualdade de género.

Para alcançar o objetivo de proporcionar justiça para todos, devemos:

- Posicionar a justiça no centro do desenvolvimento sustentável
- Colocar as pessoas no centro dos sistemas de justiça
- Fazer a transição de um sistema de justiça para poucos para um sistema de justiça para todos



Posicionar a justiça no centro do desenvolvimento sustentável

A justiça é o fio condutor que une os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Sem uma maior justiça, o mundo não poderá:

- Pôr fim à pobreza, reduzir a desigualdade e chegar primeiro aos que ficaram para trás
- Criar condições para oportunidades partilhadas e sustentáveis de prosperidade
- Promover a paz e a inclusão, bem como proteger os direitos fundamentais.

Colocar as pessoas no centro dos sistemas de justiça

No passado, as reformas de justiça, muitas vezes, puseram o foco em instituições que estão afastadas das pessoas. Por outro lado, uma abordagem à justiça centrada nas pessoas:

- Entende a forma como homens, mulheres e crianças experienciam a justiça e a injustiça
- Extrai evidências do que realmente funciona, para satisfazer as necessidades de justiça das pessoas
- É aplicada por um sistema de justiça inclusivo aberto a parcerias com outros setores/other sectors

Fazer a transição de um sistema de justiça para poucos para um sistema de justiça para todos

Fechar o fosso de justiça requer uma transformação ambiciosa: um esforço sustentável para que milhões de pessoas tenham acesso à justiça:

- Ajuda as pessoas a solucionar os seus problemas de justiça
- Evita a ocorrência de injustiças, grandes ou pequenas
- Cria oportunidades para as pessoas participarem plenamente nas suas sociedades e economias

Porque é necessária justiça para todos

Para cumprir com os ODS que prometem justiça para todos, devemos entender a dimensão do fosso de justiça e reforçar as razões para os investimentos necessários que permitem fechar o fosso de justiça

Quantas pessoas enfrentam problemas de justiça? Do que precisam e pretendem quando recorrem à justiça? E que tipo de justiça recebem?

Até recentemente, a falta de dados ocultava a magnitude do fracasso de proporcionar justiça para todos, porém, atualmente, dispomos de mais e melhores dados.

A partir dos dados das principais organizações mundiais para a justiça e dos especialistas, o Grupo de Trabalho sobre a Justiça proporciona o primeiro cálculo do fosso de justiça mundial.

Fechar o fosso de justiça requer uma transformação ambiciosa: um esforço sustentável para que milhões de pessoas tenham acesso à justiça.

Os países precisam de canalizar os investimentos para as necessidades de justiça mais urgentes, bem como direcionar os recursos para abordagens menos dispendiosas e diversificar as fontes de financiamento.

O Grupo de Trabalho destacou três dimensões do fosso de justiça ao nível mundial. No total, 5,1 mil milhões de pessoas fazem parte de, pelo menos, um destes três grupos. Por todo o mundo, as mulheres, as crianças, os mais pobres, as pessoas com incapacidades e as pessoas de minorias étnicas encontram-se entre os grupos para quem o acesso à justiça é mais difícil. O fosso de justiça é tanto um efeito como uma causa das desigualdades e disparidades estruturais.

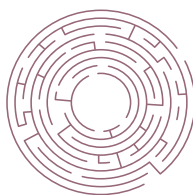
O fosso de justiça ao nível mundial

5,1 mil milhões de pessoas são privadas de justiça



4,5 mil milhões

de pessoas são excluídas das oportunidades sociais, económicas e políticas proporcionadas pela lei



1,5 mil milhões

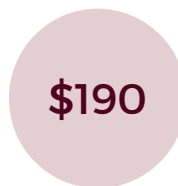
de pessoas têm problemas de justiça civil e justiça administrativa que não conseguem resolver



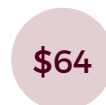
253 milhões

de pessoas vivem em condições de injustiça extrema, sem qualquer tipo de proteção jurídica significativa

- > Sem justiça, as pessoas e as sociedades não poderão alcançar o seu pleno potencial
- > As pessoas com um problema de justiça, perdem, em média, um mês de salário
- > Os problemas de justiça diários custam aos países entre 0,5% e 3% do seu PIB
- > O investimento na justiça pode render aproximadamente 16 USD por cada dólar investido, resultante da redução do risco de conflito
- > As despesas na justiça centrada nas pessoas podem gerar um elevado retorno sobre o investimento



Países de rendimento alto



Países de rendimento médio



Países de rendimento baixo

Custo anual de proporcionar a cada pessoa serviços de justiça básicos

Resolver os problemas de justiça

Uma abordagem de uma justiça centrada nas pessoas começa com as necessidades das pessoas e tem como objetivo resolver os problemas de justiça que lhes são mais caros

No passado, a reforma da justiça focou-se em edifícios, processos e instituições, mas fracassou em fechar o fosso de justiça para milhões de pessoas.

Apesar das diferenças entre os países e da diversidade dos sistemas jurídicos, as sondagens dizem-nos que os tipos de problemas de justiça que as pessoas sentem são transversais em todo o mundo.

As maiores necessidades de justiça centram-se em seis áreas:

- Violência e crime, no domínio público, no trabalho e em casa
- Problemas com dinheiro e dívidas, ou problemas de consumidor
- Disputas sobre imóveis ou terras, ou conflitos com vizinhos
- Dificuldades relacionadas com o acesso e a qualidade dos serviços públicos
- Disputas familiares, por exemplo, relacionadas com divórcios e heranças
- Problemas no trabalho, quer como trabalhador ou proprietário do negócio

Ao utilizar os problemas de justiça das pessoas como ponto de partida, os países podem traçar melhores caminhos de justiça que ajudem as pessoas a chegarem a um destino em que acreditem que os seus problemas foram resolvidos de forma justa. O caminho para a justiça deveria capacitar as pessoas, proporcionar-lhes acesso a serviços de justiça de qualidade e ajudá-las a alcançar desfechos conducentes a melhorias mensuráveis no setor.



Capacitar as pessoas e as comunidades

- Ajudar as pessoas a decifrar a lei
- Ajudar as pessoas a procurar soluções
- Investir em assistência jurídica para os mais vulneráveis
- Aumentar a participação na justiça

Acesso a serviços de justiça centrados nas pessoas

- Acelerar e simplificar processos
- Apoiar vias alternativas à justiça
- Proporcionar serviços que reúnam no mesmo espaço várias entidades (*one stop shop*)

Desfechos justos

- Cumprir com as normas dos direitos humanos
- Oferecer o remédio correto
- Compilar e divulgar dados sobre os resultados
- Estabelecer mecanismos eficazes de queixa

Prevenir a injustiça

Dada a dimensão do fosso de justiça, devemos prevenir os problemas de justiça e resolver os existentes

A prevenção reduz os danos provocados às pessoas, caso se concentre nas causas que estão no cerne da injustiça. Se houver menos disputas, níveis de violência mais baixos e for proporcionada proteção jurídica adequada às pessoas, as sociedades serão mais pacíficas e prósperas.

A prevenção faz sentido por quatro razões:

- O fosso de justiça não pode ser ultrapassado com as abordagens e meios tradicionais.
- A justiça é necessária para as comunidades e sociedades, não apenas para os indivíduos. Abordar as causas que estão na base das injustiças para resolver os problemas estruturais de justiça.
- Os sistemas de justiça podem incrementar a capacidade de recuperação das pessoas ao ajudá-las a proteger os seus direitos ou ao dar-lhes espaço para apresentar as suas queixas de forma pacífica.
- A prevenção tem uma relação custo-benefício, tanto para a sociedade como para o próprio sistema de justiça.

A prevenção requer que os agentes de justiça deixem de considerar unicamente os problemas individuais relacionados com a justiça e influenciem a forma como uma população vive a injustiça e a justiça.

A prevenção eficaz requer que o sistema de justiça colabore com outros sectores na abordagem da origem das disputas e na prevenção da violência, dos conflitos e das violações dos direitos humanos. As estratégias de prevenção pretendem criar sistemas de justiça fiáveis, lidar com as injustiças estruturais e utilizar a lei para reduzir o risco de injustiça.

Prevenir e reduzir a exacerbação das disputas

Trabalhar proativamente para reduzir o número de disputas ou para a sua resolução antes de se tornarem insustentáveis.

Prevenir a violência criminosa, organizada e interpessoal

Passando da aplicação de medidas punitivas para uma prevenção baseada em evidências, que reduz os níveis de violência, especialmente contra as mulheres, crianças e grupos vulneráveis.

Promover confiança nos sistemas de justiça

Proporcionar às pessoas expectativas razoáveis sobre que direitos serão protegidos, que as suas disputas serão resolvidas de forma pacífica e que serão protegidas contra os abusos de poder

Abordar as origens da injustiça

Proporcionar personalidade jurídica e outros documentos, bem como capacitar as comunidades e os grupos marginalizados para exercer os seus direitos e ultrapassar a injustiça.

Utilizar a lei para reduzir os riscos

Fortalecer os enquadramentos legislativos para prevenir a violência e implementar leis e regras que evitem que as disputas surjam e se exacerbem.

Estratégias de prevenção

Prevenir conflitos e instabilidade

Reduzir as queixas e tratar dos riscos que conduzem aos conflitos violentos.

Promover a inclusão e proteger direitos

Reduzir os abusos do sistema de justiça e proporcionar justiça para os que enfrentam os mais elevados níveis de exclusão.

Pioneiros para a justiça

O Grupo de Trabalho traçou uma agenda para ação que irá ajudar a alcançar os ODS que prometem justiça para todos

Proporcionar justiça para todos exige uma nova abordagem na consecução de resultados tangíveis para as pessoas. Os reformadores por todo o mundo estão a começar a transformar os seus sistemas de justiça, providenciando lições para os que lhes seguem os passos.

São quatro as alavancas que constituem um ímpeto para a reforma:

- Utilizar dados e evidências para conduzir a reforma
- Desbloquear o poder transformador da inovação
- Implementar estratégias para um financiamento mais inteligente da justiça
- Construir sistemas de justiça mais coerentes e inclusivos

O Grupo de Trabalho convoca os governos, os profissionais de justiça, a sociedade civil, o setor privado, as organizações internacionais e regionais, as fundações e os filantropos, bem como as próprias pessoas, para que trabalhem em conjunto e assim conseguirem proporcionar justiça para todos.

O Grupo de Trabalho elenca uma série de recomendações para acelerar o progresso na consecução do objetivo de proporcionar justiça para todos. Deverá apoiar-se uma implementação nacional através da intensificação da cooperação internacional e revitalização das alianças para consolidar a justiça.

Resolver os problemas de justiça mais importantes para as pessoas

Compreender os problemas de justiça através de sondagens periódicas · Reconhecer, financiar e proteger os defensores de justiça · Proporcionar acesso os serviços de justiça centrados nas pessoas · Utilizar alternativas económicas para ajudar as pessoas a resolver as suas disputas e obter os recursos de reparação

Ação nacional

Prevenir problemas de justiça e habilitar as pessoas para participar na sua sociedade e economia

Implementar estratégias de prevenção multissetoriais · Incrementar a independência, combater a corrupção e assegurar a supervisão independente · Abordar as injustiças estruturais · Fortalecer as leis e as regras a fim de reduzir os riscos de violência e o número de disputas

Investir em sistemas de justiça e instituições que funcionem realmente para as pessoas e que estejam equipados para satisfazer as suas necessidades de justiça

Oferecer acesso aberto aos dados de justiça · Criar um enquadramento legislativo que apoie a inovação · Criar um roteiro nacional para financiar serviços de justiça para todos · Ampliar a representação no sistema de justiça e implementar novos modelos de governação

Apoiar a implementação ao nível nacional

Registar os compromissos voluntários para implementar o ODS 16.3 e ajudar os governos a desenvolver estratégias credíveis, realistas e fundamentadas para implementar estes compromissos.

Medir o progresso

Acordar um novo indicador para o ODS 16.3 que meça o progresso sobre a justiça civil.

Incrementar a liderança da justiça

Celebrar reuniões bienais com os ministros de justiça, os procuradores-gerais e outros líderes de justiça.

Intensificar a cooperação

Formar uma aliança de colaboradores de justiça internacionais e regionais e uma colaboração de doadores.

Construir o movimento

Apelar à mudança através de movimentos mundiais, nacionais e locais na defesa da justiça para todos.

Ação internacional

O Grupo de Trabalho sobre a Justiça

Copresidentes



Germán Carlos Garavano, ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Argentina



Sigrid Kaag, ministra do Comércio Exterior e Desenvolvimento da Cooperação, Países Baixos



Priscilla Schwartz, procuradora geral e ministra da Justiça, Serra Leoa



Hina Jilani, um Elder

Membros

Alejandro Alvarez
diretor, Unidade do Estado de Direito, Secretaria Executiva do Secretário-Geral, Nações Unidas.

Pablo de Greiff
membro sénior e professor adjunto de Direito, NYU, e ex-relator Especial sobre a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição, Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas

Vivek Maru
diretor geral, Namati

Owen Pell
partner, White & Case LLP

Donny Ardyanto
assessor do Programa de Capacitação Jurídica e Acesso à Justiça, TIFA Foundation, Indonésia

Sara Hossain
advogada, Supremo Tribunal do Bangladesh

Allyson Maynard-Gibson QC
advogada, ex-procuradora geral e ministra dos Assuntos Jurídicos das Baamas

Marta Santos Pais
ex-representante especial do Secretariado-Geral sobre a Violência contra as Crianças

James Goldston
diretor executivo, Open Society Justice Initiative

Kalthoum Kennou
juíza no Tribunal de Cassação da Tunísia

Athaliah Molokomme
embaixador e representante permanente do Botsuana para o Gabinete da ONU em Genebra, ex-procurador geral, Botsuana

Sherpas para os copresidentes

Maria Fernanda Rodriguez
vice-ministra da Justiça, ministra da Justiça e dos Direitos Humanos, Argentina

Jelte van Wieren
diretor do Departamento de Estabilização e Ajuda Humanitária, Países Baixos

Shahid Korjie
coordenador interino do Sector de Justiça, Ministério da Justiça, Serra Leoa

Secretariado

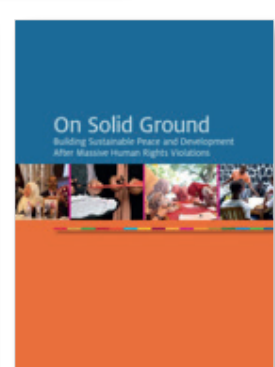
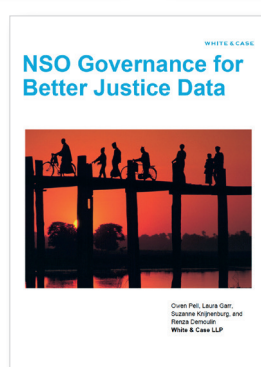
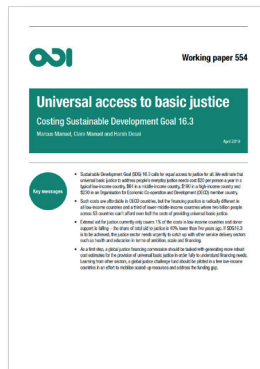
O Center on International Cooperation (CIC - Centro de Cooperação Internacional) da NYU serviu como secretariado para o Grupo de Trabalho sobre a Justiça. O CIC cofundou e é sede da Pathfinders for Peaceful, Just and Inclusive Societies.

Colaboradores de Justiça





O relatório Justiça para Todos está disponível em inglês, espanhol, francês e português. É composto por uma série de relatórios de grupos de trabalho e investigações encomendadas. Faça o download destes e de outros materiais em: www.justice.sdg16.plus/report



O Grupo de Trabalho sobre a Justiça é uma iniciativa da Pathfinders for Peaceful, Just and Inclusive Societies, uma sociedade com intervenientes múltiplos que congrega estados-membros das Nações Unidas, organizações internacionais, sociedades civis e do setor privado, com o intuito de alcançar com maior rapidez os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a paz, a justiça e a inclusão.

O Grupo de Trabalho, é presidido pelos ministros da Argentina, dos Países Baixos, de Serra Leoa e pelos «Elders»

TASK FORCE 
ON JUSTICE

PATHFINDERS FOR PEACEFUL, JUST AND INCLUSIVE SOCIETIES

